

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Maria Lucia Boarini
Maria Silvinha Carraro Martins

Resumo

Esta é uma reflexão sobre os programas viabilizados na rede pública de ensino fundamental que investem na parceria família-escola, com o propósito de melhorar a qualidade de suas ações educativas. Ao longo da História da Educação, no Brasil, temos observado que propostas como esta têm se alternado, não obstante a ausência dos resultados almejados. Para subsidiar nossas reflexões, recuperamos, dentre as idéias higienistas, o programa cuja intenção era debater sobre aspectos de higienização de problemas de toda a ordem (físicos, sociais, pedagógicos, morais), presentes no Brasil no início do século XX. Tais atividades, apesar do empenho de seus mentores, ao desconsiderar as contradições sociais fomentadoras da maior parte das dificuldades vivenciadas pelo segmento escolar, passam para a História como "mais um programa" cujos resultados deixam a desejar, seja no início do século XX seja no do século XXI.

Palavras-chave: família na escola, higienismo, educação escolar.

Family participation in school

Abstract

This paper is a reflection on governmental programs that encourage school-family partnership in public elementary schools in order to improve the quality of their educational practices. The History of Brazilian Education has shown that similar proposals have been occasionally submitted to schools, even though their objectives have not been reached. We based our reflections, among other *hygienistic* ideas, on the program which aimed at debating the *hygienization* of all kinds of Brazilian problems (physical, social, pedagogical, and moral) at the beginning of the twentieth century. In spite of their mentors' efforts, such activities did not take into consideration social contradictions that led to most difficulties faced by schools; thus, they are seen by History as "one more program" whose results were unsatisfactory at the beginning of the twentieth century. The same happens at the beginning of the twenty first century.

Key-words: family in school, *hygienization*, school education.

“A participação de mães, pais e outros familiares é muito importante num projeto de abertura da escola. Quando eles participam, o desempenho escolar dos filhos e filhas melhora visivelmente.” (CENPEEC, 1999, p.15)

No período entre 2001 e 2002, tivemos no campo escolar, no Brasil, uma proposta de integração entre família e escola apresentada pelo Governo Federal através do Ministério da Educação - MEC. Este projeto, intitulado “Dia Nacional da Família na Escola”,¹ tinha como objetivo a busca da participação dos pais dos alunos no processo escolar, como uma forma para alcançar a melhoria da escola pública, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Para tanto, as escolas do ensino fundamental e médio da Rede Pública de Educação de todo o território nacional que aceitassem participar deste projeto deveriam programar-se para receber os pais de alunos, organizando reuniões nas suas respectivas comunidades escolares, em dias determinados, *“fortalecendo, assim, ações que a escola já desenvolveu ou ajudá-la a iniciar atividades que contribuam para sua melhoria, sempre pensando na aprendizagem do aluno”* (CENPEEC, 1999, p.5).

As escolas da Rede Pública que aderiram a essa proposta do MEC passaram a incluir, no calendário escolar, as semanas programadas para receber a família do aluno. Na ocasião, o MEC, por intermédio de diversos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, etc.), convidava os pais a se fazerem presentes nas escolas de seus filhos, para conversarem com os professores e a equipe pedagógica.

No rádio e na televisão, a mensagem publicitária trouxe um jingle, com vozes infantis, com o seguinte refrão: “Quero você na escola, com meu professor, me ajudando a aprender. Quero você na escola, com meu professor me ensinando a viver”. Veiculava-se a idéia de que a escola precisava de auxílio no que tange ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos e, por esta razão, os pais eram chamados para ajudá-la. No ano de 2002, as famílias das crianças de 1ª a 4ª série receberam cartilhas² com orientação de como se programar para participar deste projeto.

¹ Um projeto similar intitulado “Amigos da Escola”, de iniciativa da Rede Globo de Televisão, continua sendo veiculado pela mídia.

² A referida cartilha apresentava sugestões de atividades para os pais as desenvolverem em casa com seus filhos, despertando-lhes a curiosidade e aumentando-lhes o prazer em aprender. As atividades sugeridas eram restritas a áreas de conhecimento como Língua Portuguesa e Matemática. Essa cartilha também apontava, por tópicos, o que cada aluno deveria ter aprendido ao final de cada ciclo de escolaridade, a fim de possibilitar aos pais

Aproximadamente 20 milhões de cartilhas, foram distribuídas em todo o território nacional, nas escolas do Ensino Fundamental, do primeiro segmento, com o objetivo de orientar os pais a incentivar o aprendizado dos filhos por meio de atividades do cotidiano (BARRETO, 2003).

Não há como discordar da importância da participação e atuação da família na vida escolar de seus filhos. É a família que, dentre tantas outras funções, tem o direito e o dever de cobrar do Estado a garantia de qualidade na educação escolar. Aliás, esta concepção de política social consta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que, ao tratar da Educação Nacional, em seu artigo 205, dispõe que

“a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1989, p. 38).

O que merece destaque é o fato de que, embora o convite às famílias para participarem do processo de aprendizagem escolar dos filhos tenha sido conduzido como sinônimo de participação democrática, nota-se que este projeto aconteceu quando, seguindo a orientação do Banco Mundial, o Estado brasileiro deveria passar por uma redefinição de suas funções e, sob esta perspectiva, buscar a participação da comunidade.

Levar as sociedades a aceitar uma redefinição das responsabilidades do Estado é apenas uma parte da solução. Esta há de incluir uma seleção estratégica das ações coletivas que os Estados procurarão promover, juntamente com maiores esforços para reduzir a carga imposta ao Estado, **fazendo com que os cidadãos e as comunidades participem da prestação dos bens coletivos essenciais.** (BANCO MUNDIAL, 1997) (grifo nosso).

Sob esta orientação, o Estado deve delegar responsabilidades para a comunidade e, neste processo, assumir a condição de Estado forte na organização econômica, através de mecanismos institucionais, e de

acompanhar o desenvolvimento escolar de seus filhos, alunos da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

Estado mínimo nas questões sociais. Assim, sendo a educação escolar um desses “bens coletivos essenciais”, faz parte desta concepção de redefinição de responsabilidades entre o Estado e a comunidade. Uma das crenças veiculadas por este ideário é a necessidade de se investir em educação, na medida em que a educação significa um capital cultural³, ampliando a possibilidade de produzir riquezas e diminuir as diferenças sociais. Tais diferenças, traduzidas pelos números oferecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, significam que 56,9 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza e outros 24,7 milhões abaixo da linha de indigência, Brasil (2001).

Diante desta situação e na linha de pensamento que privilegia o encolhimento do Estado nas questões sociais, “[...] com a educação, homens e mulheres têm possibilidade de possuir e desfrutar de uma vida mais completa e alcançar melhores alternativas profissionais de informação e lazer e mais oportunidades de crescimento”, (HERRERA, 2000, p. 48).

À primeira vista, a busca de solução para problemas de ordem econômico-social através da educação, e mais especificamente da educação escolar compartilhada com a família, pode-nos parecer uma idéia nova, gerada no calor de discussões entre pessoas preocupadas com os rumos da sociedade, diante de um número cada vez maior de pessoas que sobrevivem na indigência. Entretanto, voltando à linha do tempo, vamos constatar que a idéia de estimular a parceria entre a família e a escola é recorrente na Rede Pública de Educação em seus primeiros níveis.

Cunha, através de pesquisa em importantes periódicos ligados à Educação, publicados entre 1930-1945, constata que, neste período, as relações entre escola e família já estavam em pauta. Relações nada simples, diga-se de passagem, se considerarmos que a nova ordem urbano-industrial vai transformando a educação escolar em tarefa de especialistas, embora não possa dispensar o auxílio da família por entendê-la como a base para a formação moral do indivíduo. (1997. p.48).

Historicamente, esta parceria surge como uma tentativa de solucionar problemas que, embora apresentem desdobramentos que se manifestam no âmbito escolar, via de regra são gerados e mantidos por motivos que ultrapassam as possibilidades de solução pela educação.

³ Capital cultural - teoria que assumiu relevo a partir da década de 1960, com Theodor Schultz. A teoria centra sua atenção no poder explicativo das variáveis de escolaridade e experiência no trabalho, como forma de determinar os níveis de rendimentos individuais. Cf. SCHULTZ, 1962.

Levando em conta a diferença de época e as especificidades do momento histórico e político, temos como exemplo as propostas para aproximar a escola da família apresentadas e realizadas, no segundo quartel do século XX, pelos higienistas, em sua maioria médicos por formação, integrantes da Liga Brasileira de Higiene Mental. Entendendo que tais intervenções, enquanto sinônimos de expressão social, podemos ajudar a compreender, além do pensamento higienista e dos problemas históricos sociais daquela época, também as propostas de parceria na escola e na família apresentadas na contemporaneidade, seguiremos ilustrando a questão com algumas das propostas e ações dos higienistas no campo da educação escolar.

O higienismo no segundo quartel do século xx

Vale lembrar, ainda que em linhas gerais, que a preocupação com a higiene de toda a ordem (física, social, moral etc.) se fortaleceu, no Brasil, nas primeiras décadas do século XX.

Nessa época, em escala mundial, já ocorriam importantes trocas econômicas, sociais e tecnológicas, ficando este período conhecido como de transição do capitalismo monopolista e da expansão mundial do capital. Essa expansão produziu, obviamente, rebatimentos substanciais, no caso brasileiro.

Com a abolição da escravatura (1888) e a expansão do trabalho assalariado, a economia e a diversificação do mercado expandiram-se. Além disso, justamente neste final de século XIX, pela ocorrência de geadas, o aparecimento de pragas nas lavouras e a queda internacional do preço do café, a cafeicultura entrou em crise. Os colonos, sem possibilidades de emprego no campo ou insatisfeitos, evadiram-se para os centros urbanos, provocando um verdadeiro inchaço nas maiores cidades, que cresceram sem planejamento sanitário algum, além de reunir neste espaço um acúmulo de famílias carentes de possibilidade para atender às suas necessidades básicas (FAUSTO, 1982). Depois da década de 1920, principalmente, houve um processo de transformação intenso na forma de viver das pessoas, que formavam grupos de favelas ou vilas operárias em centros urbanos com toda a carência de infraestrutura de que sofre este tipo de habitação.

Desta forma, por não ter uma estrutura sanitária adequada e sofrer condições insalubres de trabalho e de moradia, o novo espaço urbano-industrial propiciava a disseminação de doenças em massa, entre elas a malária, a tuberculose, a lepra e outras mais. Conforme relata Basbaum, as condições do Rio de Janeiro, a principal cidade brasileira da época, podem ser assim resumidas:

Era o Rio uma cidade de ruas tortas, estreitas e mal calçadas, traçadas ao acaso por entre os vales, que em épocas chuvosas se transformavam em lamaçais com as águas que desciam do morro. Não tinha esgoto, a luz de gás, precária, fazia das ruas lugares perigosos à noite. (1968, p. 124)

Diante desta situação, os serviços de saúde expandiram-se, e a questão de saúde da população foi assumida pelo Estado. “*Através da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, [o Estado] atua no saneamento urbano e rural da higiene industrial e dos serviços de higiene materno infantil*” (LUZ, 1984, p.159).

A industrialização no Brasil, por sua vez, nos finais de século XIX e primeiras décadas do século XX, desenvolvia-se com todo o vigor. Esta jovem sociedade industrial brasileira reclamava não só higiene física, mas também mental, pois a tensão provocada pela rapidez das máquinas exigia outro ritmo de vida dos trabalhadores. O homem moderno, que essa fase industrial exigia, diferenciava-se do homem recém-saído do regime de trabalho baseado na produção agrícola. Conforme Braga assinala, o herói moderno seria “conduzido por uma inteligência clara, de músculos firmes e retesos, olhar percuciente, coração rítmico, nervos sadios, vontade segura” (1930, p. 274).

O alcance desta performance, de acordo com os higienistas, estava aliado à intensificação da educação higiênica. O saber-viver deveria ser uma das condições essenciais desenvolvidas pela escola, que, naquele momento, encampava ações em favor da formação do indivíduo capaz de viver e servir ao Estado, adaptado para atender às novas necessidades (aos moldes das normas) da saúde física e mental. Desta perspectiva, a escola também resolveria suas questões internas de reprovação, evasão e faltas escolares, já acentuadas na época.

A educação higiênica das funções do pensamento, na criança o desenvolvimento do automatismo, da iniciativa do pensamento, a adaptação dele aos fins da vida prática, o assegurar-lhe a eficiência, isto é, a exactidão lógica representa um dos mais difíceis e dos mais importantes e constantes problemas de pedagogia. (RADECKI, 1925, p. 56)

Com estas idéias e na transição da sociedade brasileira de um país eminentemente agrário, e nestes termos rural, para uma sociedade urbano-industrial, é que o ideário higienista se fortalece, tomando para si a tarefa de participar da solução das mazelas sociais e da construção de uma grande nação. A escola, que reunia um grande número de pessoas e

- mais que isso - sofria os rebatimentos da precária situação vivida pela maioria da população brasileira, propiciava um espaço ideal para a aplicação de medidas de caráter higienista. Entre essas medidas, que tinham a intenção de intervir nos rumos da sociedade brasileira, encontrava-se a proposta dos higienistas de a escola atuar não somente junto ao aluno, mas também junto à sua família.

Educação escolar compartilhada com a família

– *uma antiga idéia higienista*

A hygiene, como todas as grandes manifestações da actividade humana, será neste ou naquelle meio tanto maior quanto maior fôr, para diffundil-a e practical-a, **a acção combinada do cidadão, da família e do Estado.** (FERREIRA, 1929 p.837).

Com esta determinação, tendo clara a necessidade da combinação de ações nas diversas esferas públicas, bem como entre os diferentes segmentos da sociedade, os higienistas apresentaram um programa que abrangia os diversos setores e profissionais da escola, extensivo à família do aluno.

Para desenvolver o programa de criação de hábitos higiênicos, os professores, as educadoras sanitárias, os médicos e os dentistas estariam atuando junto aos pais sob esta orientação dos médicos higienistas. Além disso, a escola teria de organizar o seu espaço físico levando em conta a disposições dos lavatórios e banheiros, sendo recomendado o uso de copos descartáveis ou individuais, bem como a organização de fichas e entrega de produtos de higiene pessoal, como: sabonete, toalha de rosto, copo, balde, escova de dente, escova de unhas, creme dental, pente e avental. Esses procedimentos, segundo os propósitos higienistas, resultariam mais tarde em uma “consciência sanitária”, meio fundamental para a defesa da saúde pública.

“Healthful schools make for health children” encerra esta frase americana uma incontestável verdade. Para que as crianças possam adquirir hábitos sadios é preciso que aprendam em escolas higiênicas. As fichas usadas no nosso serviço mostram a nossa preocupação, não só referente ao prédio escolar, como ao mobiliário, serviço sanitário, filtros, bebedouros etc. Ao escolar compete ter o seu material e as proximidades de sua carteira em completo asseio. As escolas ao ar livre têm também merecido a atenção da Directoria de Hygiene Escolar (SPINOLA, 1929, p. 869).

Ao médico caberia realizar o exame dos alunos a fim de julgar as condições higiênicas por eles apresentadas; e os professores que atingissem os objetivos de desenvolver hábitos higiênicos em seus alunos receberiam uma promoção, como uma forma de estímulo. Este fato é firmado no Decreto n.º 2008, de 14 de agosto de 1924:

Examinados obrigatoriamente pelo médico ao entrar em classe todos os alumnos são forçados, desde logo, a hábitos de asseio e de hygiene. É até elemento considerado para determinar o merecimento de um professor a ser promovido, cujo julgamento é privativo do médico escolar, o cuidado com a saúde da criança, com a educação física e com a hygiene da classe (*LEÃO, 1929, p. 872*).

Para a educadora sanitária, era passada a incumbência de registrar todos os alunos encaminhados por seus professores e visitar os domicílios daqueles, com a finalidade de levantar as condições econômicas, morais, higiênicas e de saúde em que viviam essas famílias.

A ação de ir à casa do aluno e documentar suas características e as da família para servir de subsídio na orientação aos professores e profissionais demonstrava que a racionalidade pedagógica articulava-se com os princípios de racionalização da produção e da vida social: partir da documentação do conhecido, para obter formas de viabilizar solução aos problemas desconhecidos. Spinola (1929, p.869) descreve a ficha sanitária utilizada no serviço escolar do Estado da Bahia, a qual continha as seguintes informações: nome do aluno, idade, cor, responsável pelo aluno, antecedentes de doenças na família, os antecedentes pessoais e exame somático, e também os números do peso e a medida da altura do aluno. Almeida Junior, importante e atuante higienista, também enfatiza a necessidade de avaliação dos hábitos familiares do escolar:

Saber-se-á o que ele faz em relação ao banho, aos dentes, ao repouso; saber-se-á o seu regime e horário alimentar; onde dorme, onde brinca, a luz com que estuda, como toma água; se fuma, se bebe etc. Indagado isso, para cada aluno, fará o professor a crítica, mostrando os inconvenientes que achou, e os meios de saná-los. Nas classes mais adiantadas, será mesmo possível um estudo fundamentado da alimentação do aluno, com o cálculo da respectiva ração, em calorias. O benefício irá além da escola: alcançará os demais membros da família, que deverão boa parte de sua saúde e de seus hábitos sanitários à influência do professor (*ALMEIDA JUNIOR, 1922, p. 54*).

De acordo com Pernambuco (1929, p.891), deveriam também ser viabilizados os seguintes encaminhamentos:

- Visitar os alumnos que faltarem mais de três dias à escola, verificando a causa das faltas comunicando imediatamente à directoria ou ao médico escolar;
- Visitar a família dos alunos que se mostrarem desleixados no traje ou nos costumes, **procurando melhorar o meio familiar** (grifo nosso).

A comunidade em geral também recebia informações sobre a necessidade de cuidados com a higiene e, em decorrência, com a saúde, através de programas de rádio e distribuição de folhetos de propaganda, dos quais reproduzimos uma parte.

É muito importante saber alimentar bem as criancinhas, obedecendo a um horário e a um regime dietético convenientes; é muito importante acompanhar o seu crescimento, o seu aumento de peso, a sua dentição, o seu desenvolvimento somático em geral (LBHM, 1932, p. 81-82).

Seguindo esta orientação, os professores poderiam detectar os alunos portadores de doenças e encaminhá-los para os médicos especialistas e ao serviço de higiene mental ou à assistência dentária (AZEVEDO, 1942, p.559).

Para estreitar o relacionamento com os pais dos alunos, a fim de conduzi-los ao conhecimento dos preceitos higiênicos e assim eles os praticarem com os filhos, ensinando-os em casa, com o objetivo de desenvolver o hábito de higiene, sugeria-se:

1. ° - reuniões provocadas pela educadora Sanitária;
2. ° - palestras e demonstrações feitas pelos professores, em dias bem-escolhidos, presentes os alunos e os respectivos pais;
- 3° - distribuição de folhetos, cartazes, avisos, etc. dirigida pelos Centros de saúde, mas realizada pela escola;
4. ° - prêmios, mesmo singelos mas expressivos, às famílias que melhor compreenderem ou praticarem a higiene e melhor fizerem pela saúde e asseio de seus filhos;
- 5 ° - distribuição de material necessário á prática da higiene, aproveitando-se o governo, então, para usar melhor da despesa efetuada com muita propaganda supérflua, exterior e mal-dirigida, que campeia por aí;
6. ° - distribuição do mesmo material, em modelo de

propaganda, por parte da indústria privada, o que poderia ser conseguido pelo governo, se estimulasse os industriais que assim auxiliassem a tarefa de educar o povo;

7. ° - nova organização das Caixas Escolares (AVANCINI, 1941, p. 533).

Esta parceria da escola com a família revestia-se de muita importância, sobretudo pelo fato de que, entre os fatores tidos como desencadeadores da “má” escolaridade, segundo os higienistas, estava a negligência dos pais no acompanhamento quanto à frequência dos filhos à escola ou por outras razões, como era o caso, por exemplo, do uso da língua estrangeira falada nas famílias dos imigrantes “O uso de língua estrangeira no lar aparece na escola como elemento, além de desnacionalizador, fortemente negativo para o aprendizado da linguagem, o que origina conseqüentes reprovações”. Andrade (1942, p.566).

A “má escolaridade”

A questão do fracasso escolar, aqui entendida como reprovação e evasão escolar, também se constituía em preocupações dos higienistas e foi assunto amplamente debatido no Primeiro Congresso Nacional de Saúde Escolar, realizado na cidade de São Paulo, em 1941, o qual contou com a participação de professores, delegados de ensino e representantes da Liga Brasileira de Higiene Mental.

O problema dos repetentes, na escola primária, reveste-se de aspecto de ordem social, médica, psicológica, pedagógica e técnico-pedagógica. Assim sendo, exige medidas que o solucionem no sentido de elevar cada vez mais, a porcentagem de aprovação de alunos em todos os graus de ensino primário, com o que se conseguirá considerável redução de despesas com o ensino em todo o país. (BARRETO, 1942, p.539).

Não obstante, era insuficiente apenas caracterizar esta família para agir diretamente nos problemas considerados como causa do insucesso escolar do aluno; era necessário “Atrair os pais ou responsáveis à escola para solução de todos os problemas que dizem respeito ao educando: frequência, saúde, alimentação, vestuário e higiene em geral e maneira de educar os filhos”. (AZEVEDO, 1942, p. 560).

A instrução sanitária, para a família que os higienistas propunham, também visava à “melhoria da raça”, uma vez que a população brasileira ia-se caracterizando pela heterogeneidade causada pela grande leva de imigrantes que recebia. De acordo com Oliveira,

“composta (a população) da entrada no Estado (de São Paulo), em grande massa, de imigrantes, recolhidos das mais baixas esferas sociais. Doentes, incultos e mesmo analfabetos, de hábitos secularmente viciosos, tarados **perversores da ordem e da sociedade...**” (1929, p.802). (grifos nossos).

É importante lembrar que, nas primeiras décadas do século XX, a sociedade brasileira era recém-saída do sistema de produção escravocrata, cujas adversas condições de trabalho estendiam-se agora à nascente classe operária. Salários baixos, sem nenhuma legislação trabalhista que lhes garantisse os direitos básicos (jornada de trabalho digna, férias, aposentadoria, seguro contra acidentes etc.) eram as condições a que se submetiam os trabalhadores, desta forma explicitamente explorados nas indústrias e na lavoura. Na luta para reverter esta situação e conquistar o seu direito, importantes movimentos grevistas aconteceram nesta época, com destaque às grandes greves de 1917 e 1919. Para tanto, o trabalhador brasileiro contou com a importante parceria dos imigrantes, sobretudo os italianos e espanhóis, que nesta época representavam a maioria da classe operária⁴.

Os imigrantes dessas procedências realmente tiveram um papel de inestimável relevo não somente pelo fato de participarem das organizações operárias às quais traziam uma longa experiência, e de editarem jornais, mas principalmente por elevarem o significado da palavra operário que pouco ia deixando de ser ultrajante e pejorativa e, principalmente, porque souberam inculcar no espírito, uma consciência de classe operária. (BASBAUM, 1968, p.207)

Diante dos movimentos reivindicatórios, estimulados em grande parte pelos imigrantes, não é difícil compreender as razões por que lhes era atribuído o adjetivo de “**perversores da ordem e da sociedade**”, embora fosse visível a precariedade vivida pela maioria da população que habitava o solo brasileiro, imigrantes ou não.

⁴ Em 1889, havia 54 mil operários no país, localizados principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 1920, eles já eram 275.512, a maioria imigrantes italianos e espanhóis, responsáveis pela difusão das idéias anarquistas e socialistas no país. Data desta época a Lei Adolfo Gordo, votada contra o movimento operário, que determinava no *Art. 1. O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranqüilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.*

Precariedade reconhecida pelo próprio Oliveira, quando chama a atenção para os “desprotegidos de assistência sanitária”:

Como valerá tentar formar hábitos sadios às crianças de famílias de syphilíticos ou de tuberculosos **desprotegidos de assistência sanitária**, que vão disseminando males, arruinando a raça e que, desamparados de instrução sanitária, ficam entregues aos próprios recursos? (1929, p. 801). (grifo nosso)

Anos mais tarde, em pesquisa realizada na cidade de São Paulo pela Secção de Higiene Mental, o Dr. Durval Marcondes reiterava esta denúncia:

Más condições higiênicas da habitação – Alimentação má ou insuficiente – As condições higiênicas da habitação foram apreciadas com base na natureza do imóvel (cortiço etc.), sua localização, ventilação, iluminação, suas instalações sanitárias, número de seus moradores, condições do dormitório e do leito da criança etc. (1942, p.584).

Apesar desta caótica situação, de maneira geral, propagava-se a idéia de que a falta de conhecimentos científicos por parte do aluno e de sua família promovia a precariedade da saúde e outros problemas do gênero recorrentes na classe operária.

É preciso a educação, **como o maior recurso para os milagres da regeneração física**. A educação higiênica se impõe, como um postulado da razão, como necessidade inadiável e imprescindível, como um dilema de sobrevivência ou iluminação (ANGELIS, 1927/1997, p.445). (grifo nosso)

Nestes termos, o trabalho de educação higienista na escola deveria chegar à raiz do problema, que, no entender destes intelectuais, seria a educação das crianças e a proximidade da escola com a família, e não se limitaria a questões de higiene física, mas se estenderia, de certa forma, principalmente a questões de higiene moral do indivíduo em particular. Desta forma, o trabalho educativo da instituição escolar estendeu-se à família, com o propósito de criar bons hábitos mentais, buscando regrar e normatizar os indivíduos e desenvolvendo personalidades confiantes, com a capacidade de convívio social harmonioso. A meta era o “adulto sadio”. Através de um programa de higiene mental, buscava-se formatar o homem comedido, potencializado para ordem do

corpo e da moral. Os professores teriam de ser preparados para atender a este intento e atuarem no âmbito familiar. Para tanto, os professores, através das orientações e ações dos médicos higienistas, recebiam “contribuições da biologia para, o conhecimento da criança” (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 56), criando-se, desta forma, uma atitude técnica para a educação escolar.

Além de colaborar para a prevenção de doenças, a incumbência dos professores em participar ativamente na boa formação do caráter e dos valores morais das crianças era vista pelos higienistas como a mais relevante das funções docentes, conforme enfatiza Castro:

Por isso vossa tarefa é, assim, nobilitante. A de colocar toda uma sociedade em guarda contra um dos perigos que mais a ameaçam e mais conspiram contra a sua estabilidade... A de vos empenhardes na educação do caráter e dos valores morais das crianças, orientando-a para as finalidades superiores da vida unindo-a em solidário esforço na luta pelo bem e pela virtude, criando-lhe, na mente, o amor ao trabalho(1929, p. 141).

A escola, desta forma, teria como meta o bem-estar físico e social do aluno, bem como a promoção da saúde e de comportamentos ajustados que possibilitassem a sua participação ativa na sociedade como cidadão capaz de empreender seus deveres para com a pátria e a humanidade. Portanto, a escola em parceria com a família, na visão dos higienistas, torna-se a guardiã da “Ordem e (do) Progresso”.

As famílias que apresentassem um adequado nível social seriam convidadas, pela escola, para comporem grupos de apoio educativo; e para as famílias cujo nível social não possibilitava a adequada formação, a criação do Círculo de Mães constituiu-se em importante parceria entre a família e a escola, como relata Aragão “A cooperação da família na obra da escola é indispensável. Em cada escola deve existir um Círculo de Mães que as prepare convenientemente” (1927/1997, p. 451). Para integrar este Círculo, as famílias eram convidadas a freqüentar a escola para serem educadas nas concepções de higiene (e), educação familiar e economia doméstica, pois assim a escola estaria trabalhando em favor da comunidade.

Que saibamos, coube à escola Regional a fundação do primeiro Círculo de Mães entre nós, o qual, com as outras afirmações de sua atividade, foi-se esboçando desde os primeiros tempos, para, afinal, surgir em hora oportuna. Daí a sua eficácia. Tem dois anos e meio de funcionamento, com programa especialmente traçado para aquelas mães, analfa-

betas em sua maioria; higiene, educação familiar e economia doméstica são as três partes do programa, destinado a preparar a **cooperação que sonhamos das famílias com a Escola** (ALBERTO, 1927/1997, p. 448) (grifo nosso).

Mas... nem tudo era tão simples

Partindo-se do princípio de que “É da mãe que depende essencialmente a orientação boa ou má e todas as conseqüências benéficas ou desastrosas do aprendizado da criança...” (OLIVEIRA, 1929, p. 851), havia a necessidade de essa mãe ser orientada pela escola, pois cabia a ela aconselhar e dirigir as ações dos filhos segundo os preceitos higiênicos.

Neste relacionamento, às vezes, tanto os pais quanto as mães precisavam de correção sobre a forma mais conveniente de tratar os filhos. Isso gerava certo conflito no relacionamento entre a escola e os pais, levando, em algumas situações, à negação da família a envolver-se com a escola. Se as questões exigissem alguma participação mais intensa por parte das famílias na escola, estas chegavam a mudar seus filhos de escola, para não serem incomodadas, o que, durante o I Congresso de Saúde Escolar, leva Bittencourt a afirmar:

O recurso dos ‘círculos dos pais e mestres’ para ajustar aqueles à escola, se revela geralmente inoperante, entre nós, como a experiência tem demonstrado. Os pais de alunos resistem até quando são chamados para tratar, a sós com os diretores do estabelecimento, sobre o caso particular de seu filho (1942, p. 632).

Assim, a tarefa não era fácil, nem para o professor, que sob orientação médica era o mediador entre a família e as ações médico-higienistas, nem para esta família, que já se apresentava comprometida com o trabalho extrafamiliar. Há que se levar em conta que nesse período havia um processo de intensificação do trabalho operário - trabalho muito mal-remunerado, o que obrigava o operário e toda a família, para garantir sua manutenção, a envolver-se no trabalho de produção, inclusive os filhos, crianças e adolescentes. Tal situação foi denunciada pela imprensa da época: "Deixar que meninos e meninas de 10 ou 12 anos sejam submetidos a trabalhos (...) sempre superiores às suas forças", é "comprometer a origem da própria vida", alerta o Fanfulla em 1917. (apud MOURA, 1999). No geral, situação nada

desconhecida, como se pode observar na afirmação do parlamentar Deodato Maia:

Os edifícios de nossas fábricas, com pouquíssimas exceções, são velhos pardieiros ajeitados para esta ou aquela indústria; mas nas instalações e adaptações "à la diable", para tudo se olha menos para a saúde do operário. As crianças ali vivem na mais detestável promiscuidade; são ocupadas nas indústrias insalubres e nas classificadas de perigosas, falta-lhes ar e luz; o menino operário raquítico e doentezinho deixa estampar na fisionomia aquela palidez cadavérica e aquele olhar sem brilho – que denuncia o grande cansaço e a perda gradativa da saúde (Maia, 1912, p. 6 apud Marques, 2003)

Na linha de produção fabril, havia ainda o agravante da intensificação da exploração da mão-de-obra infantil por conta dos lucros obtidos com este procedimento. De acordo com Pires, no "Censo de 1920, por exemplo, os operários adultos recebiam, em média, 22% a mais que as trabalhadoras e 130% acima dos ganhos das crianças, por tarefas muito semelhantes" (1988, p. 89).

Desta forma, a situação econômico-social dificultava a ação dos higienistas em prol da saúde e bem-estar dos indivíduos, quer em termos de procedimentos, quer em termos de resultados. A mãe pertencente à classe trabalhadora estava impedida de participar de reuniões na escola freqüentada pelo seu filho quando este não a acompanhava no trabalho. Não tendo tempo nem condições de tomar conta dos filhos, a mãe operária era obrigada a deixá-los sob os cuidados de terceiros, que, muitas vezes, encarregavam-se de inúmeras crianças; sem contar os casos em que a escola era o único amparo da criança enquanto os pais trabalhavam,

Há crianças que vivem e crescem nas ruas, nas casas dos vizinhos, em verdadeiro abandono e são mandadas à escola para o sossego dos pais que, ignorantes em grande parte ou ocupadíssimos com a luta de todos os dias, não podem controlar a vida escolar de seus filhos, pouco importando se o mesmo 'passe de ano'. O que unicamente lhe importa é que o filho permaneça na escola o maior espaço de tempo possível, até que atinja a idade de trabalhar (CAMARGO, 1942, p.571).

Ainda que participassem das reuniões para adquirir noções sobre o desenvolvimento psicológico da criança, em geral estas mães não dispunham de recursos materiais que permitissem seguir à risca os

saberes preconizados pelos higienistas. Esta é a conclusão de Carneiro Leão, ao apresentar os resultados de pesquisa realizada no Rio de Janeiro, em 1925, sob sua coordenação, durante o Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene:

Como, por exemplo, comer frutas e beber leite a criança cuja família mal se sustenta, sofre fome, numa terra onde a fruta e o leite são tão caros? Como aumentar de peso o aluno, por mais cumpridor que seja de seus deveres assinalados na ficha do Pelotão de Saúde, se nem ao menos satisfaz a sua fome, se além da água de café com uma triste fatia de pão pela manhã, somente à noite, à chegada do pai, vai comer alguma coisa de sólido? Num inquérito feito o ano passado por vários dos meus professores nos Subúrbios era enorme, mais de 75%, o número de escolares em tais condições (1929, p. 876).

Segundo esse autor, para atender aos casos de subnutrição dos alunos, a diretoria da escola e os professores estimulavam e arrecadavam auxílio de particulares. Desta forma, surgiram instituições como a do copo de leite, da sopa escolar e da merenda com frutas. “Hoje há escolas que distribuem diariamente 15, 20 até 30 litros de leite, havendo algumas dando ainda o pão como a Escola Padre Manoel da Nóbrega que, além dos 25 litros, fornece dez mil réis de pão por dia”. E, para ilustrar a situação miserável vivida pelos alunos, relata que, no primeiro dia de distribuição de sopa, pela escola, uma aluna “tomou sozinha, cinco pratos” (LEÃO, 1929, p.877).

Por estes encaminhamentos, vai-se consolidando na Rede Pública da Educação uma outra forma de parceria da escola com a família: o assistencialismo às famílias, “merecendo encorajamento: a Caixa Escolar e a Assistência Dentária Escolar” (ALMEIDA JUNIOR.,1929, p.827). A assistência mantida pela “caixa escolar”, formada por pais de alunos, professores e particulares, bem como a “assistência dentária escolar”, contribuía para a realização de iniciativas higiênicas, conduzidas pela escola, que também englobavam outras ações, como: distribuição de roupas, calçados, alimentos e medicamentos a alunos pobres, cortes de cabelo, e ainda o tratamento de moléstias parasitárias.

Não obstante, as dificuldades obviamente não se restringiam a questões relacionadas à família, mas estendiam-se à falta de infraestrutura da própria escola. Com a finalidade de favorecer as práticas da educação higiênica, eram realizadas ações para criar hábitos nos alunos, como as apresentadas nas escolas paulistas, relatadas por Almeida Junior no Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene (1929), em que

eram desenvolvidas as revisões diárias de verificação dos asseios dos alunos dos grupos escolares. A proposta da pesagem periódica dos alunos, com a finalidade de estimular a higiene alimentar, recomendava que essa pesagem fosse efetivada a cada bimestre. No entanto, na prática, as escolas paulistas realizavam esse processo uma vez ao ano. A maioria, segundo Almeida Junior (1929), não realizava a pesagem por falta de balanças nas escolas. Também a prática de lavar as mãos antes das refeições e após o uso do banheiro era exigida em apenas duas escolas paulistas. Ainda assim, “Em algumas escolas realizam o banho semanalmente, mesmo estas apresentando deficiência nas instalações” (ALMEIDA JUNIOR, 1929, p. 823).

Enfim...

“É imprescindível a assistência social às **famílias**, atraindo-as ao seio das **escolas**, interessando-as nos trabalhos que aí se processam, atuando nos pais, no sentido de melhor compreensão”... (AZEVEDO et al, 1942, p. 551)

É inegável o mérito do projeto higienista no esforço para desenvolver uma consciência profilática nos indivíduos, no que tange aos cuidados e à preservação da saúde física. O Brasil dessa época foi descrito, tanto pelos higienistas como na arte literária, como um país de pessoas enfraquecidas por conta de germes e de moléstias contagiosas. Os locais insalubres em que vivia a maior parte da população brasileira da zona urbana representavam focos de disseminação de doenças. Socializar informações de natureza sanitária, sem dúvida, era, e é, uma necessidade.

Em que pese a isso, os higienistas negam as contradições sociais próprias do sistema de produção sob a égide do capitalismo. Isso ocorre ao desconsiderar o contexto histórico dos modos de produção e as desigualdades sociais da época, propondo encaminhamentos que partem do princípio de que *problemas sociais eram de natureza individual, solucionáveis através da assimilação e obediência às normas de higiene e aos bons costumes* seguindo preponderantemente a orientação das ciências biológicas.

A complexidade dos problemas sociais não se esgota ao se levarem avante procedimentos viabilizados no interior da escola e na parceria com as famílias. O dia-a-dia do aluno e de seus familiares indicava que não bastava a divulgação das novas descobertas científicas no campo da saúde. Não bastava um plano fundamentado num saber científico para deter as doenças que se propagavam na época,

interferindo negativamente na consolidação da industrialização, no Brasil. Sem colocar em discussão a importância do conhecimento, mas até para sua legitimação, era necessário que as condições sociais fossem favoráveis para colocá-las em prática. Os registros históricos dão conta de que a situação geral da classe trabalhadora não era nada favorável neste sentido.

Até mesmo no interior da escola, ao denunciar as precárias condições desta instituição e do escolar, os higienistas deixavam entrever que não se tratava de problema de uma escola, de um aluno ou de uma família em particular:

A observação demonstra que, em escolas convenientemente instaladas, com programa razoável, bons professores, alunos normais e freqüentes, a porcentagem de promoção se avizinha de 100% (Almeida Junior, apud ANDRADE 1942, p.563).

Estamos afirmando que a precária situação social vivida pelos alunos e seus familiares naquele período (e em nossos dias) não acontecia naturalmente. Viver em condições sociais precárias beirando o desumano não é uma definição genética. Em outras palavras, estamos afirmando que interpretar as diferenças sociais como predisposição biológica para o fracasso ou insucesso na escola ou na vida em geral é individualizar o problema. Em que pese ao importante papel da determinação do indivíduo nos rumos de sua vida, seguramente a sua inserção social vai fortalecer, ou não, a sua vontade particular. “O homem tem as rédeas de seu destino”, como dizia o importante escritor brasileiro Jorge Amado. Não temos dúvida disso. É o homem, enquanto organização social, que historicamente define o “destino” da sociedade e, em decorrência, o seu próprio “destino”. Daí a considerar as mazelas sociais como algo que deve ser solucionado pelo indivíduo em particular ou pela somatória deles é perder de vista a dimensão e a dinâmica social. Há que se ter claro que, com visíveis e importantes alterações de forma e matizes, continuamos vivendo sob a mesma forma de organização social estruturada e nutrida pelas contradições sociais. Talvez por não levar esta questão em conta que as propostas de soluções engendradas no passado para problemas antigos são recorrentes na atualidade. Assim, no projeto “Dia Nacional da Família na Escola” sugerido pelo MEC, parte introdutória deste texto, vamos ter reeditado o convite à família para “auxiliar o Estado educador”. Desta vez, não mais por uma questão de formação moral, como se manifestavam os Pioneiros da Escola Nova, ou por uma questão de consciência de preservação da saúde, como queriam os higienistas. Desta vez, propõe-se a parceria da família como

condição para o sucesso ou o fracasso do desempenho escolar dos seus filhos⁵. Assim, a tradicional função pedagógica da escola é estendida à família. Função que outrora lhe foi negada, pois a família não estava qualificada para “dar conta de uma incumbência de tal envergadura” (CUNHA, 1997). Enfim, o tempo transcorrido indica que as dificuldades geradas na forma de organização social que adentram e se desdobram no interior da escola não são sanadas apenas com a qualificação ou desqualificação da família para participar do processo ensino-aprendizagem de seus filhos ou pelo desejo particular do educador. Não levar isso em conta talvez explique por que tais programas antigos ou atuais não logram êxito. São inviabilizados no seu nascedouro. Participar da educação escolar dos filhos é importante, não temos dúvida disso, e certamente gratifica muitas famílias. Todavia entender que este encaminhamento é a redenção dos males sociais é, talvez, ir longe demais.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, A. A. A escola regional de Meriti – uma tentativa de escola moderna. In: COSTA, Maria J. F. F.; SHENA, D. R.; SCHMIDT, M. A. (Orgs.). I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p.448-449.
- ALMEIDA JUNIOR, A. *O saneamento pela educação*. 1922. Tese – Instituto de Hygiene, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ALMEIDA JÚNIOR, A. Formação de hábitos sadios nas crianças. In: TERCEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1929.. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1930, p. 823-827.
- ANDRADE. P. R. O problema dos repetentes na escola primária. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1942, p. 563-568.
- ANGELIS, N.M. Pela perfeição da raça brasileira. In: COSTA, Maria J. F. F.; SHENA, D. R.; SCHMIDT, M. A. (Orgs.), I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 445-448.
- ARAGÃO, J. M. M. Assistência médica à infância escolar: cadernetas sanitárias. In: COSTA, Maria J. F. F.; SHENA, D. R.; SCHMIDT, M. A. (Orgs.). I

⁵ “Quanto maior o envolvimento dos pais, melhor o desempenho do aluno, que ganha segurança, auto-estima e melhores notas. Dividindo responsabilidades; somando esforços; multiplicando resultados e diminuindo a evasão escolar, certamente será possível manter a qualidade do ensino e ampliar o desempenho escolar e pessoal dos alunos.” (BRASIL, 2005).

- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 451-454.
- AZEVEDO, F. L. O problema dos repetentes. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1942, p. 556-562.
- AVANCINI, Lino. A educação sanitária na escola. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1942, p.533-534.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997. *O Estado num mundo em transformação*. Washington: World Bank, 1997.
- BASBAUM, L. *História sincera da República: de 1889 a 1930*. 2. Vol. 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1968.
- BARRETO, A. R. Fatores da má escolaridade In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1942, P. 539-540.
- BARRETO, L. P. DIA NACIONAL DOS PAIS NA ESCOLA, Brasília, 2003. *Teleconferência...* Brasília: MEC, 2003.
- BITTENCOURT, R. Psiquiatria infantil e saúde Escolar. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1942, p. 629-633.
- BOISSON, O.M.; AZEVEDO, I. C. de; GUEDES, C.P. O problema dos repetentes nas escolas primárias. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1942, p. 551-553.
- BRAGA, E. A escola na cruzada antialcoólica. *Archivos brasileiros de hygiene mental*. Rio de Janeiro, v. III, n. 1 a 9, p. 271-276, jan. /set. 1930.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: MEC, 1989.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Educar é uma tarefa de todos nós: um guia para a família participar, no dia-a-dia, da educação de nossas crianças*. Brasília, DF; 2001.
- BRASIL. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Estudos e Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica n.5. IBGE, Rio de Janeiro, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Dia nacional da família na escola. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/lealcantara/ARTIGOS/familianaescola.htm>. Acessado em 23/12/2005.
- CAMARGO, L. F. de. Os repetentes nas escolas primárias. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1942, p. 569-573.
- CASTRO, A. Discurso da senhorinha Antonietta de Castro. *Archivos brasileiros de hygiene mental*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 1, p. 141-143, out., 1929.
- CENPEC – Centro de estudos e pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. *Coleção amigos da escola - v. 01 a 07*. São Paulo, 1999.
- CUNHA, M. V. da.– A desqualificação da família para educar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 102, p. 46-64, nov. 1997.
- FAUSTO, B. Imigração: cortes e continuidades. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. V. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

- FERREIRA, C. L. Formação de hábitos sadios nas creanças. In: TERCEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1930. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1929, 829-838.
- HERRERA, J. R. *Educação e exclusão na América Latina: reformas em tempos de globalização*. Brasília: Universa, 2000.
- LBHM. *Archivos brasileiros de hygiene mental*. Rio de Janeiro, Ano V, n. 1, 1932.
- LEÃO, C. Formação de hábitos sadios nas crianças. In: TERCEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1930. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1929, 871-878.
- LOURENÇO FILHO, M. B. *Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. 12º ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.
- LUZ, M. T. *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- MAIA, D. Regulamentação do trabalho. Rio de Janeiro: J. Silva, 1912. In: Marques, V.R.B. - Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos. In: *Cad. CEDES*, Campinas, vol.23, n.59, p. 57-78, abril 2003.
- MARCONDES. D. Contribuição para o Estudo do problema dos repetentes na escola primária. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1942, 579-586.
- MARQUES, V. R.B. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos. *Cad. CEDES*, Campinas, vol. 23, n. 59, p. 57-78, abril 2003.
- MOURA, E. B. B. . Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha.. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 85-102, 1999.
- OLIVEIRA. W. Formação de hábitos sadios nas creanças. In: TERCEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1926. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1929, 801-810.
- OLIVEIRA, O. de. Formação de hábitos sadios nas creanças. In: TERCEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1926. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1929, 849-859.
- PIRES, J.M. *Trabalho infantil: a necessidade e a persistência*.1988. f 310. Dissertação – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PERNAMBUCO. U. Formação de hábitos sadios nas crianças. In: TERCEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1926. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1929, 889-892.
- RADECKI, W. Hygiene mental da creança. *Archivos brasileiros de hygiene mental*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, p.11-89, jan. /jun. 1925.
- SCHULTZ. T. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar. 1962.
- SPINOLA, C. O valor da saúde. In: TERCEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1926. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1929, p. 861-870.

Maria Lucia Boarini é doutora em Psicologia. Docente do depto. de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação (mestrado) da Universidade Estadual de Maringá. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Higienismo e o Eugenismo - GEPHE. Autora/organizadora dos livros Desafios na atenção à Saúde Mental e Higiene e Raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil, entre outras publicações.
E-mail: mlboarini@wnet.com.br

Maria Silvinha Carraro Martins é professora, mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Integrante do GEPHE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Higienismo e Eugenia - UEM. Coordenadora do projeto APED (Ação Pedagógica Descentralizada) no CEEBJA (Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos) de Paranavaí - PR. Produções técnicas: A Intervenção Higienista na Escola e a Família. A (Des)Construção da Família na república de Platão. O Higienismo e a Família Patriarcal.
E-mail: silvinha.martins@ibest.com.br
